

Versão Online ISBN 978-85-8015-080-3
Cadernos PDE

VOLUME I

OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE
NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE
Artigos

2014

FICHA PARA IDENTIFICAÇÃO ARTIGO FINAL -TURMA PDE 2014

Título: Trabalho Escravo no Brasil: Do período colonial aos dias atuais.	
Autora:	Marli Aparecida Machado
Disciplina/Área	História
Escola de Implementação do Projeto e sua localização	Colégio Estadual Idália Rocha
Município da Escola	Ivaiporã
Núcleo Regional de Educação	Ivaiporã
Professora Orientadora	Profª Drª Marlene Rosa Cainelli
Instituição de Ensino superior	Universidade Estadual de Londrina - UEL
Relação Interdisciplinar	Geografia e Matemática
Resumo	<p>O presente artigo tem como objetivo registrar as compilações das atividades desenvolvidas através do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) oferecidas pela Secretaria de Estado da Educação em parceria com a Universidade Estadual de Londrina (UEL) no decorrer dos anos de 2014 e 2015. Este Artigo visa propiciar aos educandos o desenvolvimento do saber histórico, por meio do estudo e compreensão das relações de trabalho no Brasil do período colonial aos dias atuais. A escravidão brasileira foi um processo de longa duração implantado pela coroa portuguesa no Brasil colônia em 1530. Esse processo teve o apoio do sistema jurídico, da Igreja e dos latifundiários e legalmente deixou de existir com a Lei áurea em 1888. A escravidão é um conceito conhecido no mundo todo como uma forma de trabalho forçado onde às liberdades individuais inexistem. Já o trabalho livre e assalariado é característica principal do sistema capitalista onde o trabalhador vende mão de obra em troca de um salário. Neste artigo fizemos uso da pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo como metodologia de desenvolvimento das ações, abordamos essencialmente as relações de trabalho anterior e posterior à abolição da escravatura em 1888 com a Lei Áurea aos dias atuais até a Constituição de 1988. Como forma de conhecer e refletir sobre a escravidão, tendo como pressuposto as permanências e rupturas no processo histórico do sistema trabalhista brasileiro.</p>

Palavras-chave	Ensino de História; Relações de Trabalho; Escravidão Brasileira.
Formato do Material Didático	Unidade Didática
Público Alvo	Alunos do 8º ano do Ensino Fundamental

A Trabalho Escravo no Brasil: do período colonial aos dias atuais

Marli Aparecida Machado¹

Marlene Rosa Cainelli²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo registrar as compilações das atividades desenvolvidas através do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) oferecidas pela Secretaria de Estado da Educação em parceria com a Universidade Estadual de Londrina (UEL) no decorrer dos anos de 2014 e 2015. Este Artigo visa propiciar aos educandos o desenvolvimento do saber histórico, por meio do estudo e compreensão das relações de trabalho no Brasil do período colonial aos dias atuais. A escravidão brasileira foi um processo de longa duração implantado pela coroa portuguesa no Brasil colônia em 1530. Esse processo teve o apoio do sistema jurídico, da Igreja e dos latifundiários e legalmente deixou de existir com a Lei áurea em 1888. A escravidão é um conceito conhecido no mundo todo como uma forma de trabalho forçado onde às liberdades individuais inexistem. Já o trabalho livre e assalariado é característica principal do sistema capitalista onde o trabalhador vende mão de obra em troca de um salário. Neste artigo fizemos uso da pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo como metodologia de desenvolvimento das ações, abordamos essencialmente as relações de trabalho anterior e posterior à abolição da escravatura em 1888 com a Lei Áurea aos dias atuais até a Constituição de 1988. Como forma de conhecer e refletir sobre a escravidão, tendo como pressuposto as permanências e rupturas no processo histórico do sistema trabalhista brasileiro.

Palavras Chaves: Ensino de História; Relações de Trabalho; Escravidão Brasileira.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo refletir e analisar as atividades desenvolvidas através do Programa de desenvolvimento Educacional (PDE) oferecidas pela Secretaria de Estado da Educação em parceria com a Universidade Estadual de Londrina (UEL) no decorrer dos anos de 2014 e 2015.

¹ Professora PDE, Licenciada em História, Especialista em História: O Espaço o tempo e a cultura humana: uma abordagem interdisciplinar e Educação do/no Campo. Lotada no Colégio Estadual Idália Rocha, no município de Ivaiporã, estado do Paraná.

² Professora Orientadora, Doutora em História. Vinculada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina.

A escolha da temática "Trabalho Escravo no Brasil: do período colonial aos dias atuais" justifica-se por ser um recorte do conteúdo estruturante Relações de Trabalho e segue as orientações das Diretrizes Curriculares Estaduais do Paraná (DCE) que de acordo com a orientação "para os anos finais do Ensino Fundamental propõe que os conteúdos temáticos priorizem as histórias locais e do Brasil, estabelecendo relações e comparações com a história Mundial". Dessa forma "por meio do processo pedagógico, buscou-se desenvolver a consciência histórica que possibilitasse compreender a realidade contemporânea e as implicações do passado em sua constituição". (DCE, 2008. P. 30, 68)

A História possui como característica ser uma disciplina voltada a registros históricos e fenômenos processuais, fator que a insere entre as disciplinas consideradas muito teóricas. Os educandos, geralmente são levados a decorar fatos e datas e não os contextualizar no tempo e no espaço, de maneira que possam propor diálogos entre suas ideias históricas com as narrativas dos historiadores. É comum uma criança saber que tal dia é feriado, porém o que a data representa é algo pouco trabalhado. Nós professores de história estamos imbuídos na necessidade da construção de um saber histórico contextualizado nos acontecimentos, partindo dessa premissa e na tentativa de despertar o interesse dos alunos em descobrir as diferentes relações de trabalho embutidas nos produtos que consumimos é que surgiu o seguinte questionamento, como proporcionar ao educando/aluno um ensino da História capaz de desenvolver uma consciência crítica importante para a construção do saber histórico?

2.0 Breve história do trabalho escravo no Brasil:

2.1 Um pouco da trajetória da escravidão no Brasil e no mundo

As diversas leituras realizadas evidenciam que a escravidão brasileira foi um processo de longa duração que foi implantado pela coroa portuguesa no Brasil colônia apoiado pelo sistema jurídico, pela Igreja e pelos latifundiários e legalmente deixou de existir com a Lei áurea em 1888. A escravidão é um conceito conhecido no mundo todo como uma forma de trabalho forçado onde às liberdades individuais inexistem. É um sistema de trabalho que não sobrevive

apenas da compra e da venda da mão de obra, por livre e espontânea vontade do trabalhador, como acontece no capitalismo, pelo contrário, na escravidão moderna o ser humano se transforma em objeto, propriedade de outro homem e suas vontades, desejos e liberdade são impossibilitadas de serem ouvidas ou realizadas. De acordo com PINSKY, na Antiguidade (Oriental e clássica) aconteceram diferentes formas de escravidão:

A escravidão não é recente na história da humanidade. Já na antiguidade verificamos sua ocorrência. Na mesopotâmia e no Egito quando da execução das obras públicas como barragens ou templos grande número de trabalhadores era recrutado. Tornava-se propriedade dos governantes que lhes impunham sua autoridade e determinavam as tarefas. Não eram, contudo, vendidos e sua atividade podiam cessar quando do fim da construção, retornando os trabalhadores as suas tarefas anteriores. As relações que estabeleciam com seus proprietários eram eventuais, diferentes daquelas que ocorriam na Grécia- principalmente Atena – e Roma onde a escravidão era a forma mais característica de extração de trabalho. Escravos eram comprados ou obtidos, após saques e batalhas e nunca perdiam- à exceção de casos isolados- sua condição. (PINKY, 1993. p. 13)

Vale lembrar que o trabalho escravo em terras brasileiras foi à forma de trabalho escolhida pela Coroa portuguesa para colonizar o Brasil. É bem verdade que a escravidão brasileira difere da escravidão antiga e da servidão medieval, porque foi legalmente permitida por diversos motivos entre eles a escravização pela cor da pele.

Embora tão antiga quanto o homem, a escravidão nem sempre teve significados, formas e objetivos iguais, mas decerto sempre apresentou algo em comum no decorrer da sua história: a motivação econômica com ou sem respaldo legal. (NINA, 2010. p.21)

Vários fatores justificam Portugal decidir pelo trabalho escravo na colônia brasileira, entre as quais: “(...) população desfalcada devido à guerra de independência contra Castela e uma série de epidemias que grassaram em seu território, (...) aventura colonial que deslocava mão de obra útil para a África e as Índias de forma maciça”. Durante o século XV muitos cativos são levados a Portugal para realizarem os mais diversos trabalhos escravos na agricultura e nas

atividades domésticas. Essa atividade econômica vai aguçar a vontade dos comerciantes portugueses a negociar essa farta “mercadoria” com outros países como a Espanha. Assim, observa-se que o negro além de servir para repovoar o território português vai se transformar em “mercadoria”. (PINSKY, 1993. P. 14)

No início da colonização brasileira as expedições exploratórias portuguesas de produtos tropicais vão direcionar o olhar para a força de trabalho indígena. “Em troca de algumas quinquilharias” os portugueses “atraiam os índios, o sistema de trocas funcionava bem: o pau-brasil e os alimentos desejados eram conseguidos”. Até o momento em que os índios não quiseram e deixaram de se interessarem pelos produtos europeus, então, o “escambo” acabou. Então, iniciou-se a escravidão indígena que não se trata de um ou outro caso, mas de algo “regulamentado pela coroa portuguesa e que atingiu caráter amplo no espaço e no tempo” (PINSKY, 1993. P.17).

A mão de obra indígena era conseguida através de “expedições de apresamento” (caça ao índio), além dessa forma de escravidão existia a “escravidão voluntária” forma encontrada pelo indígena para manter-se vivo, no qual ele “vendia ou entregava algum familiar em troca de um prato de comida”. Além dessas formas de escravidão, ainda existiam “outras formas compulsórias de extração da força do trabalho indígena, como a “a administração”, as reduções jesuíticas e até mesmo o assalariamento”. (PINSKY, 1993. P.18)

A entrada da mão de obra escrava africana não eliminou a mão de obra escrava indígena. Porém, vários fatores explicam o aumento do número de escravos africanos em relação ao índio:” fraca densidade demográfica da população indígena (...) devido às tribos estarem cada vez mais arredias, (...) dizimação dos indígenas através da superexploração de sua força de trabalho; proteção jesuítica, etc. Existia ainda outro interesse envolvido na entrada de mão de obra africana: com a mão de obra indígena era possível sonegar impostos, porque era “um negócio interno da colônia (...) até o quinto devido à coroa era sonegado” enquanto que o “comércio ultramarino trazia excelentes dividendos tanto aos governos quanto aos comerciantes”. (PINSKY, 1993. P.19)

Importante se faz realçar que no século XVI, Portugal vê na colônia brasileira a solução para implantar a agricultura manufatureira da cana de açúcar para exportação para os mercados europeus, fazendo uso do trabalho escravo de africanos. Dessa forma a colônia brasileira passou a comercializar mesmo numa posição de inferioridade, uma vez que os negócios dependiam de decisões do governo português e de algumas empresas estrangeiras. Dessa forma,

O tráfico negreiro trouxe para o Brasil milhões de africanos, na condição de escravos. Eles rasgaram as matas, lavraram o solo e fizeram a colheita dos produtos tropicais exportáveis; trabalharam nas minas, nos engenhos, nos portos e nas casas. (NINA, 2010. p.63)

2.2 Semelhanças entre o servo medieval, o escravo brasileiro e imigrantes

Oportuno se torna dizer que a escravidão colonial brasileira em nada se parecia com a servidão medieval que prevaleceu até o século XV na Europa, onde o servo praticava agricultura de subsistência e tinham certa liberdade.

(...) “Na grande lavoura, horários, tarefas, ritmo e turnos de trabalho eram todos determinados pelo proprietário e sua equipe”. O engenho, lugar de produção era uma empresa que exigia devido sua complexidade vários trabalhadores “nunca menos de 50”. Existiam as exceções, os pequenos engenhos que produziam “rapadura” ou “cachaça” para consumo interno da colônia e que funcionavam com número reduzido de escravos ou somente com mão de obras dos proprietários e de seus familiares. No século XVIII, “Por ocasião da corrida às minas de ouro e diamante descobertos na colônia portuguesa, deu-se a escassez de mão de obra escrava na agro manufatura açucareira”. (NINA, 2010. p.65)

Nas primeiras décadas, do século XIX, mais ou menos pelo ano de 1820, o café “passa a se constituir o principal produto de exportação”. “A força de trabalho escravo é deslocada para esta atividade, diminuindo de forma sensível, a produção do açúcar”. (PINSKY, 1993. p.21-22)

De acordo com Nina: “Prática comum, a escravidão foi utilizada em quase todas as atividades econômicas do Brasil, a ponto de se identificar, na colônia trabalho manual com o trabalho escravo, agravando o preconceito que o colono já trazia de Portugal. (NINA, 2010. p.63)

No início do século XIX o sistema escravagista brasileiro começa a ruir quando os portugueses deixam de cumprir acordos diplomáticos com a Inglaterra e persistiram em contrabandear escravos da África. A Inglaterra pressiona o

governo brasileiro a cumprir tratados de comércio e acordos como o de 1815 em que o tráfico de escravos continuaria ao sul do Equador. Devido as resistências dos portugueses em cumprirem os acordos e tratados a Inglaterra decide impor a aprovação de nova lei em oito de agosto de 1845 que ficou conhecida como Lei Aberdeen que encerrava a diplomacia entre os dois países.

A expressão “para inglês ver” surge a partir da criação da lei de 1831 que torna livre todos os escravos desembarcados no Brasil e que nunca chegou a ser cumprida. A demolição do sistema escravocrata brasileiro apesar de se estender com seus autos e baixos começa a se concretizar com a promulgação da Lei do Ventre livre em 1871 que normatiza o sistema de trabalho escravo. A partir desse momento o governo brasileiro e os empresários começam a pensar em uma alternativa para substituição da mão de obra escrava negra pela mão de obra de europeus. (NINA, 2010. p. 69)

Embora a escravidão histórica tenha sido caracterizada pela cor, a escravidão no Brasil não se resumiu a escravidão dos negros africanos. Mesmo antes da abolição, começaram a chegar às primeiras levas de suíços e alemães para as fazendas paulistas. No início, o governo pagava as passagens. Escravos da dívida e sufocados pelo poder dos coronéis, recebiam o mesmo tratamento dispensado ao negro. [...] Na verdade, o que aconteceu com os imigrantes aconteceria logo depois com os negros. Libertos da escravidão libertariam os seus senhores do peso de sustenta-los, e embora já tornados sujeitos, continuaram como objetos de direito, trocando por farinha e feijão as fadigas diárias de seus corpos. (NINA, 2010. p.70)

2.3 Fim da legalidade da escravidão no Brasil.

No Brasil, a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, significou legalmente o fim da escravidão. A partir desta lei passou ser proibido o domínio de um homem sobre outro, ninguém mais tem o apoio da lei para forçar uma pessoa a trabalhar sem remuneração, ou ser forçado a exercer funções trabalhistas que não sejam de sua livre vontade. Também não foi somente a pressão da Inglaterra que fez com que a escravidão legalizada no Brasil chegasse ao fim. A reação dos escravos durante todo o período colonial contribuiu de forma significativa para a promulgação da Lei Áurea. Era comum “registros de fugas de escravos, (...) em diversas partes do país, a partir do século XVII até às vésperas da abolição”.

Essas fugas não eram apenas para escapar dos castigos, ou para gozar liberdade por um período de tempo visto que a cor da pele o condenava, mas como forma de demonstrar que não aceitavam a escravidão. Outras formas de resistir eram assassinatos de senhores, feitores e administradores e/ou formando quilombos em várias regiões do Brasil, sendo o mais famoso deles o de Palmares “cantado em verso e em prosa como um momento heroico do negro brasileiro”. (PINSKY, 1993 p.55, 57)

2.4 Reflexões sobre os sujeitos envolvidos em trabalho análogo ao trabalho escravo.

No entanto, A lei Áurea não significou o fim da escravidão. Latifundiários e empresários conseguem driblar a lei e manter o trabalhador em regime de escravidão em suas fazendas ou empresas. É bem verdade que o Brasil criou leis contra o trabalho escravo, e que reconheceu essa pratica de exploração do trabalhar em seu território. NINA, (2010) afirma que,

O Brasil ainda abriga todas as variantes da escravidão contemporânea. O problema não atinge somente a área da produção nas fazendas, ou mesmo na indústria, tem-se também o trabalho escravo a que são submetidos às mulheres brasileiras, que são as raptadas do Brasil e mandadas para o exterior, são usadas como prostitutas em regime de escravidão. (NINA, 2010. p.135)

É bem verdade, que muitos trabalhadores sem qualificação profissional caem nessas ciladas muito bem arquitetadas, pelo fato de estar buscando melhores condições de vida para suas famílias. Segundo Nina, (2010) “no Brasil quem se ajusta ao papel é o negro, o nordestino pobre, o peão de trecho, o boliviano”. Em virtude dessas considerações vale dizer que a escravidão contemporânea no Brasil, não respeita credo, cor, raça, sexo. Ela recruta pessoas de diferentes grupos sociais que estão separados geograficamente no território. Portanto, são alvos desses escravagistas qualquer pessoa, de qualquer nacionalidade, religião ou sexo que suportem muitas horas afio de trabalho. Vale dizer ainda que pode ser para trabalhos no campo ou na cidade.

2.5 Providências tomadas no Brasil para evitar prática de trabalho análogo ao trabalho escravo em seu território.

É importante ressaltar, que o Brasil tem tomado algumas providências no sentido de erradicar o trabalho escravo em seu território. Como os citados por Nina (2010):

Criação em 1995 do Grupo Especial de Fiscalização móvel, inseridos na Divisão de Fiscalização para Erradicação do trabalho Escravo (Detrae) do Ministério do Trabalho e Emprego. Em 2003, [...] lançou o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (PNTE), que criou a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), vinculada a Secretária Especial de direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República, tendo como órgão operacional o Grupo Executivo para combate ao Trabalho Escravo (Gertraf). (NINA, 2010. p.137-138)

Segundo a Organização internacional do Trabalho (OIT), “O Brasil é o melhor exemplo contra o trabalho forçado na América Latina”. A ação de fiscalização do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (PNTE) tem oferecido dados numéricos anualmente de pessoas liberadas do trabalho escravo. “Com isso, o Brasil atingiu 32,000 pessoas liberadas do trabalho forçado, desde o começo das atividades dos grupos de inspeção criados em 1995”. Vale lembrar que não estão incluídos nesse montante os trabalhadores estrangeiros em condições ilegais no país, a exemplo os bolivianos na cidade de São Paulo. (NINA, 2010. P. 138)

Convém ressaltar que o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Federal constantemente tomam medidas contra empregadores flagrados forçando seus empregados a trabalharem em situações desumanas, sem liberdade de locomoção, com jornadas exaustivas, considerados trabalho escravo. Por tais motivos, o governo federal inclui o nome desses empresários na chamada “lista suja”. O empresário paga as multas impostas e passa a ser monitorado por um período de dois anos, não incorrendo mais incidências o nome é retirado da lista. Outra punição imposta aos empresários é a impossibilidade de qualquer tipo de crédito em agências públicas de financiamentos. Saliente-se ainda que:

O trabalho escravo não é apenas uma questão trabalhista. Ele envolve a violação dos direitos humanos, ou seja, quem dele se utiliza incorre em outros crimes, tais como: a tortura, cerceamento de liberdade, espancamento e até mesmo assassinato. Daí porque, o tratamento dispensado pelo governo brasileiro se dá de forma transversal, e envolve diversas instituições do estado e da sociedade civil, como, aliás, é o caso da própria Conatrac. (NINA, 2010. p.141-142)

De acordo com a legislação brasileira, o dono da empresa é o responsável pela integridade física e moral de todos os seus empregados. Caso venham a ser condenados serão obrigados a ressarcir monetariamente todos os seus funcionários que não receberam por seus trabalhos prestados. Até hoje, “se tem conhecimento de uma condenação com pena de privação de liberdade, imposta pela justiça federal do Maranhão”. O Supremo Tribunal Federal passou a Julgar a partir de 2006 os crimes de escravidão, por ser considerado crime federal. (NINA, 2010. p. 142)

No Congresso Nacional, tramitam 27 (vinte e sete) projetos que buscam alterar a legislação vigente sobre o trabalho forçado. Essas proposições versam sobre o agravamento de penas, instituição de desapropriação de terras, proibição de concessão de crédito oficial de subsídios, de incentivos fiscais, ou ainda, de participações em licitações públicas para os que cometem o crime de trabalho escravo. (NINA, 2010. p. 142-143)

Vale ressaltar que tramita no Congresso Nacional, desde 2003, Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 438/2001 que prevê que os donos percam suas terras onde for identificado trabalho escravo e que as mesmas sejam distribuídas entre aos agricultores da propriedade. “Esta PEC, já aprovada pelo Senado Federal, aguarda votação em segundo turno pelo plenário da Câmara dos Deputados”. Como bem define a Constituição Federal “no seu artigo 184, que compete a União desapropriar por interesse social, para fins da reforma agrária, o imóvel rural que não cumpra sua função social, (...) que somente é cumprida quando atendam e regulam as relações de trabalho e bem estar do trabalhador”. Se o problema da escravidão persiste, se existe a lei, porque será que demora tanto para ser aprovada? (NINA, 2010. p.143)

Segundo NINA, em 2008, o Brasil implantou o II Plano Nacional para erradicação do Trabalho Escravo, produzido pela Conatrae que contem cinco linhas de ações básicas:

- a)(...) apropriação de terras onde forem encontrados trabalhadores reduzidos a condição análoga à de escravos;
- b)(...) buscar a aprovação de mudança no artigo 149 do Código Penal, elevando a pena mínima de 2 para 4 anos para o crime de sujeitar alguém a trabalho análogo ao de escravo;
- c)(...) implementação de uma política de reinserção de forma assegurar que os trabalhadores libertados não voltem a ser escravizados, com ações específicas voltadas a geração de emprego e renda, reforma agrária, educação profissionalizante e reintegração do trabalhador;
- d)(...) estabelecer campanha nacional de conscientização, sensibilização e capacitação para erradicação do trabalho escravo, com a promoção do debate sobre o tema nas Universidade, no Poder Judiciário e ministério público;
- e) ações de repressão econômica, com sanções mais graves contra os empregadores que se utilizam do trabalho forçado.

3.0 Quem é nosso aluno? Como tornar as aulas de História prazerosa e interessante para ele?

Eric Hobsbawn, historiador inglês do século XX, faz uma afirmação importante sobre a forma como o jovem percebe passado,

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínua, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do milênio. Por esse motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores. (HOBSBAWN, 1995. p. 13)

Por isso, acredito que ser professora de jovem (nosso aluno) com dificuldade em fazer uso da memória, que não gosta de pensar, refletir, que prefere que outras pessoas, e meios de comunicação pensem por eles é o nosso maior desafio. Dessa forma, ensinar história hoje é uma batalha, um duelo em que o professor precisa de motivação e conhecimento para vencer o ceticismo com relação à aprendizagem. Devido a facilidades de acesso à informações através dos diversos meios de comunicações é que surgem indagações se a presença do professor é importante ou indispensável para aprendizagem do aluno. Nesse cenário de tantas incertezas é que Pinsky e Pinsky afirmam que,

O grande desafio que se apresenta neste novo milênio é adequar nosso olhar as exigências do mundo sem sermos sugados pela onda neoliberal que parece estar empolgando corações e mentes. É preciso, neste momento, mostrar que é possível desenvolver uma prática de ensino de História adequada aos novos tempos (e alunos): rica de conteúdo, socialmente responsável e sem ingenuidade ou nostalgia. (PINSKY E PINSKY, 2013. p. 19).

Todo o aparato tecnológico fruto do sistema capitalista é o maior desafio, uma vez que todos os seres humanos estão cada vez mais conectados pelo processo de desenvolvimento industrial e onde os sujeitos estão ao mesmo tempo cada vez mais isolados, (pela ganância do lucro, porque só pensam em si mesmo) faz com que sejam cada vez mais individualistas, e é comum colocar a culpa de tudo que está acontecendo no mundo (exploração, racismo, preconceito, escravidão, violência, etc.), em pessoas estranhas e distantes. Sempre nos referimos como sendo eles fizeram, eles mataram, eles violentaram, eles escravizaram, nunca nos colocamos como sujeito e cúmplice do que está acontecendo no mundo hoje.

De acordo com Schmidt e Cainelli (2004), podemos afirmar que:

Ensinar História é fazer o aluno compreender e explicar, historicamente, a realidade em que vive. (...) Pois, é importante que também o aluno se identifique como sujeito da história e da produção do conhecimento histórico. Nesse sentido, há consenso entre as diferentes correntes historiográficas contemporâneas de que a História é feita por todos os homens, e não somente pelos heróis ou personagens importantes. Assim, a História ensinada deve levar em consideração a multiplicidade e a multilinearidade histórica. (SCHMIDT E CAINELLI, 2004, p. 49-50).

Nesse sentido, a História precisa se tornar uma prática de ensino reflexiva, ou seja, uma prática que parte da realidade do aluno valorizando suas interpretações, sentimentos, expectativas e conhecimento prévio. É bem verdade que temos que tomar cuidado porque nossa mente está treinada pelos meios de comunicação de massa para não enxergar o que está acontecendo no presente. Diante disso precisamos indagar o nosso aluno: como a escravidão surgiu? Como se tornou possível? Precisamos ter clareza para enxergá-la e combatê-la no presente.

4.0- Considerações sobre a implementação na escola

No início do ano de 2015, durante a semana pedagógica tivemos a oportunidade de apresentar a comunidade escolar, aos professores, a equipe pedagógica e a direção do Colégio Estadual Idália Rocha o tema de nosso projeto trabalho.

Nossa proposta metodológica contou com um conjunto de 32 aulas denominadas aula oficina que de acordo com Isabel Barca, (2004), é um modo de trabalhar que ela organizou 1999, quando ministrava aulas na universidade de Minho. Segundo ela o professor deve:

- Levantar e trabalhar de forma diferenciada as idéias iniciais que os alunos manifestam tacitamente, tendo em que estas idéias prévias podem ser mais vagas ou mais precisas, mais alternativas à ciência ou mais consistentes com esta.
- Propor questões orientadoras problematizadoras, que constituam um desafio cognitivo adequado aos alunos em presença e não apenas um simples percorrer de conteúdo sem significado para os jovens.
- Desenhar tarefas adequadas ao desenvolvimento das instrumentalizações em foco, que ultrapassem uma interpretação linear das fontes ou a compreensão simplista de uma qualquer versão histórica sobre o passado.
- Integrar as tarefas em situações diversificadas, não esquecendo a potencialidade de os alunos trabalharem em pares ou individualmente, oralmente e por escrito. Avaliar qualitativamente, em termos de progressão da aprendizagem, o nível conceitual dos alunos, em vários momentos da(s) aula(s). (BARCA, 2004, p. 131-144)

Portanto, iniciamos com uma pesquisa qualitativa através de um questionário com os alunos do 8º ano, do Ensino fundamental tendo como

objetivos identificar o nível do conhecimento sobre as relações trabalho no Brasil. No questionário aplicado os alunos foram unânimes em responder que trabalho escravo é “quando o trabalhador não recebe salário e quando é explorado pelo patrão”, sem dar maiores esclarecimentos sobre os tipos exploração sofridos pelo trabalhador.

Em relação ao questionamento se no Brasil existe ou existiu trabalho escravo, e se sim, quando aconteceu? Será que já acabou? Quem eram os escravos? A maioria respondeu que sim, já existiu trabalho escravo no Brasil e os escravos eram os negros, mas que deixou de existir com a Lei Áurea. Quanto a pergunta: qual profissão você considera mais importante? Por que? Ficou em primeiro lugar os médicos, (por que salvam vidas) depois policial, (por que estão dispostos a salvar vidas), professor, (porque é deles que adquirimos conhecimentos) militares do exército, (porque defendem o nosso país). Na questão, qual profissão você considera indispensável no campo e na cidade? Porque? A maioria respondeu que na cidade são os médicos porque salvam vidas, e no campo, agricultor porque produz alimentos.

Quando foram indagados sobre qual o profissional que tem maior ou menor remuneração eles responderam: Os maiores salários ficaram com os jogadores de futebol, médicos e juizes e os menores gari e empregadas domésticas. Na pergunta: Todos os brasileiros têm as mesmas chances de conseguir um bom emprego? A maioria respondeu que não, porque nem todos tem o mesmo nível de escolaridade, de oportunidades e no Brasil existem preconceitos. Sem citar maiores detalhes sobre tipos de preconceitos. E alguns responderam que sim, porque todos têm os mesmos direitos e cada um escolhe seu futuro. No questionamento se criança deve trabalhar e se tem alguma lei que garante o direito das crianças, as respostas foram as seguintes: a maioria respondeu que não deve trabalhar e sim brincar e estudar, citaram o Menor Aprendiz como Lei que garante os direitos das crianças. Não perceberam que Menor Aprendiz é um programa e não uma Lei Quanto a pergunta: você sabe se existe alguma lei que garante os direitos dos trabalhadores no Brasil? Se sim, quais? As respostas foram as seguintes: a maioria dos alunos não sabiam se existe, alguns

responderam que sabiam, porém não sabiam o nome da Lei. Quanto a Constituição brasileira afirmou que não sabiam o que era, nunca ouviram falar.

Também foi efetuado um estudo exploratório entre os professores de História com o objetivo de levantamento de dados sobre metodologias inovadoras utilizadas nas aulas dos professores do Colégio Estadual Idália Rocha³ de alguns relatos de professores no Grupo de Trabalho em Rede (GTR) para observar se fazem uso de diferentes metodologias em suas aulas ou se as aulas são tradicionais, e se isso tem interferido na motivação e aprendizagem dos alunos. E as respostas dos professores do Colégio Idália Rocha e dos professores do GTR foram as seguintes: Professora “A”

As dificuldades em sala de aula são inúmeras, acredito que mobilizar a atenção do aluno para os conteúdos, que são necessários em cada ano ou série, se torna cada vez mais um desafio diário para todos os educadores, tendo em vista que com o uso da internet, alguns alunos acham que já aprenderam o que precisamos estudar, eu tenho utilizado os recursos de mídia vídeos, imagens, charge, documentários, revistas, jornal etc., para mostrar que muitas vezes o que o aluno achava que conhecia dos conteúdos era de forma fragmentada muito superficial e descontextualizada.”

Professor “B” diz:

Concordo contigo, as condições estruturais de nossas escolas são cada vez piores. Não bastasse a falta de recursos tecnológicos e pedagógicos, ainda temos as condições climáticas que muitas vezes atrapalha o trabalho. Aqui na região norte do estado (Maringá) o calor é um agravante. O calor desestimula o aluno que nem sempre quer aprender, em salas lotadas, sem ar-condicionado e ventiladores, salas sem cortinas, etc. Então temos que procurar alternativas, tentar dinamizar as aulas, de forma que os alunos se interessem mais. A TV pendrive é uma forte aliada nas minhas aulas. Procuro baixar vídeos que busque uma linguagem mais compatível com a realidade dos alunos, quando a TV não funciona, utilizo meu notebook. Músicas também é uma ótima ferramenta para trabalhar na disciplina de História, sempre procurando levar a reflexão sobre o tema abordado”.

A professora “C” afirma o seguinte:

(...) percebe uma questão, que é determinante no estudo da História, o distanciamento do tema gerando desinteresse em nossos alunos. Acredito que essa é uma dificuldade frequente nas aulas de História. Mas que pode ser amenizada quando relacionamos os fatos históricos com a atualidade, nesses momentos percebo claramente que os alunos passam

³ O Colégio Estadual Idália Rocha – Ensino Fundamental e Médio, mantido pelo Governo do Estado do Paraná, está localizado no Município de Ivaiporã, PR, na Avenida Castelo Branco, nº 875, no Centro.

a ser interessar mais, participando e alguns se arriscam em fazer pequenas considerações”.

Sabendo que nosso aluno precisa de novas metodologias e que a maioria dos professores tem buscado soluções para enfrentar os desafios de sala de aula, seguimos para aula propriamente dita.

4.1- Desenvolvendo a implementação

Os alunos da sala foram divididos em duplas para que um auxiliasse o outro no desenvolvimento das atividades. Em cada aula, totalizando 32 duas aulas foram apresentadas diferentes fontes históricas (vídeos, imagens, textos escritos, mapas, etc.) selecionadas antecipadamente com objetivo de que o aluno fizesse a leitura e conseguisse identificar mensagens diversas. Ou seja, compreendessem que outras possibilidades de estudo, possibilitam novas formas de aprendizagem.

Acreditamos que trabalhar com fontes históricas é uma forma de confrontar ideias entre várias perspectivas históricas com o objetivo de construir conceito substantivo e de segunda ordem, que de acordo com Peter Lee (2001) são aqueles que se referem à natureza da história, como “explicação, interpretação, compreensão, narrativa, e consciência histórica”.

Na segunda etapa da implementação o objetivo era conceituar fontes histórica, e então foi passado na lousa um conceito de fonte histórica e efetuado a leitura do Texto: “Teorizando o Ensino com Fontes” baseado nas fontes: (SCHIMIDT& CAINELLI, 2004, P. 96) e (LE GOFF, 2003. p. 537) para que os alunos tivessem embasamento teórico sobre a próxima atividade. A fonte a ser analisada era uma História em quadrinhos “Um passado Vergonhoso” de autor desconhecido postado no Blog Carine Cesário Abdala Tavares, para que efetuassem a leitura, identificassem o tipo de fonte e ainda produzissem uma nova história em quadrinhos com um final diferente. Foi gratificante essa atividade porque os alunos tiveram que desenvolver o senso crítico trocando ideias com o colega para que produzisse a narrativa da história que fizesse com que o autor sentisse orgulho de ser brasileiro.

Percebemos durante a atividade que os alunos não apresentaram dificuldades em identificar o tipo de fonte, mas apresentaram dificuldade de

interpretação de texto, de identificar a relação do autor com o texto, de saber se o texto é verdadeiro e para que tipo de público o texto foi escrito, essas dúvidas foram surgindo no decorrer da atividade e houve a necessidade de explicação oral da professora para que eles conseguissem concluir a atividade.

Quanto a segunda atividade dessa etapa que era a produção de uma história em quadrinhos com um final diferente. Saíram ideias como estas em que as alunas X e Y em sua história em quadrinho relatam uma conversa entre duas amigas e sugerem que para acabar com o trabalho escravo no Brasil e no mundo a saída seria criar “uma página nas redes sociais” para que todos colaborassem denunciando os casos de trabalho escravo. A história delas tem um final feliz, por que os donos de escravos foram presos e a escravidão acabou. E elas concluem: “mudamos a história da escravidão”. Observa-se que nas respostas dos alunos a maioria relata a escravidão pela cor da pele, uma minoria se lembrou que o índio no início da colonização também foi escravizado.

Na terceira etapa, a atividade propunha a leitura da publicação da Lei Áurea em jornal da época (Gazeta de Notícias, RJ), com o objetivo que observassem a forma como estava escrita a Lei e a forma como era utilizado o jornal naquela época, além de que aprendessem sobre fonte escrita. Eles se mostraram interessados e gostaram de saber que o jornal era a principal forma de divulgar notícias. Conheceram um pouco da história do jornal e sua utilidade para a época e puderam fazer um paralelo com utilidade do jornal escrito na contemporaneidade. Os alunos relataram que hoje temos outros meios de comunicação ligados a internet e que as notícias não só do Brasil, mais do mundo chegam em tempo real. Pudemos também refletir sobre a importância de efetuar a leitura de jornais e não apenas ouvir noticiários.

Ainda nessa temática, foi exposto oralmente para os alunos a diferença entre Monarquia e República e a conjuntura política, econômica e social do Brasil a época da abolição da escravidão, expondo os interesses que poderiam estar por trás da “bondade” da Princesa Isabel ao abolir a escravidão. Os alunos foram levados a refletir onde estaria o Imperador neste momento? E muitas hipóteses foram levantadas, inclusive que estaria passeando na Europa e nenhum relatou

que o mesmo poderia estar doente e se tratando fora do Brasil. Ainda foi explicado que as pressões internacionais e dos movimentos sociais pressionaram o governo brasileiro a sancionar diversas leis que antecederam a Lei Áurea⁴, como: Lei Eusébio de Queirós⁵, Lei do Ventre Livre⁶, Lei dos Sexagenários⁷ e que as mesmas não foram suficientes para acalmar os ânimos dos abolicionistas e das insurreições dos escravos.

Na atividade de conclusão desta etapa os alunos deveriam relatar as consequências e a importância dessa lei para os ex-escravos. O aluno X diz: “Quando essa Lei foi criada ela deveria dar direitos para os escravos, mais foi tudo ao contrário. Ela não deu dinheiro, não deu terras, não deu uma casa para morar”. O aluno Y escreveu o seguinte: “No meu ponto de vista sobre a Lei áurea é que foi ruim, porque os escravos foram despejados das fazendas, porque os fazendeiros não queriam mais os escravos trabalhando na colheita e nas outras atividades”. Percebe-se que eles não conseguiram perceber os pontos positivos da Lei Áurea, como por exemplo a vitória da luta popular, porque a partir desse dia a escravidão perde o amparo legal, o apoio do Estado e seu uso é criminalizado.

Também não percebem pontos negativos da abolição da escravatura como quando os governantes optaram pelo branqueamento do país, proibindo a imigração africana e incentivando a imigração europeia e a manutenção do poder nas mãos dos brancos e seus descendentes. Nas narrativas não aparecem relações de permanências e rupturas de fatos históricos relatados pelos alunos.

⁴ **Lei Áurea assinada em 1888** decretava extinta a escravidão no Brasil, sem indenizar os proprietários de terra. (PANAZZO E VAZ, 2012, p. 229).

⁵ **Lei Eusébio de Queiroz** foi aprovada em 1850 e determinava a extinção do tráfico negreiro no Brasil, impondo novas circunstâncias ao setor agrário exportador no que se referia a mão de obra. (PANAZZO E VAZ, 2012, p. 223).

⁶ **Lei do Vente Livre** foi aprovada em 1871, essa lei estabeleceu a alforria para os filhos das escravizadas nascidos a partir de sua aprovação. Os termos dessa alforria eram muito favoráveis aos senhores, já que a lei estabelecia que estes deveriam criar os menores até os oito anos; depois desse período, o senhor podia escolher entregá-los para o governo em troca de uma indenização de seiscentos mil réis ou mantê-los no trabalho até os 21 anos. (PANAZZO E VAZ, 2012, p. 229).

⁷ **Lei dos Sexagenários** foi aprovada em 1885. Essa extensa lei procurava regular a extinção gradual da escravidão e, em seu artigo 3º, estabelecia a liberdade para os escravizados que completassem 60 anos de idade. (PANAZZO E VAZ, 2012, p. 229).

Na quarta etapa o objetivo era conceituar trabalho escravo e trabalho livre, as atividades foram iniciadas analisando duas fontes históricas (uma imagem de um gari trabalhando no Rio de Janeiro, após greve durante o carnaval e a leitura de um “Poeminha sobre o Trabalho” de Fernandes Millôr, os alunos foram indagados a responder se emprego é diferente de trabalho e o que o autor quis dizer com a frase: adoro meu emprego o que detesto é meu trabalho? E Saíram respostas como “Gosto do meu trabalho mais detesto meu emprego, porque o trabalho envolve a atividade executada em si, o emprego refere-se ao cargo que ocupa numa empresa ou órgão público”, veja que a aluna inverteu o que o autor diz e se referiu ao trabalho como algo prazeroso, e emprego de gari como algo ruim, detestável, talvez não tenha conseguido entender a importância do trabalho do gari para a área urbana e o pensamento dela parece estar afirmando que o emprego de gari é mal remunerado e difícil de ser executado.

Segunda e terceira atividade desta etapa os alunos deveriam efetuar a leitura e interpretar os significados de trabalho e emprego a partir de definições do dicionário Aurélio e do dicionário Globo e de mais dois textos de apoio: “Significado de Trabalho – O que é, conceito e definição”, autor desconhecido, e do conceito de “Trabalho”, acessado no pesquisa.com.br e para concluir elabora um conceito para emprego e trabalho.

Na quarta e quinta atividade desta etapa foi efetuado a leitura, reflexão e comentários de três textos: “Trabalho livre como é visto na atualidade? ”Do autor Serapião Drielli Afonso, “Trabalho escravo como é visto na atualidade? ” e : “Comparação sobre a nova escravidão e o antigo sistema” ambos do jornalista Leonardo Sakamoto, na sequência foi ofertado uma atividade de interpretação de texto com três etapas: Ler o texto e decompor seus elementos; analisar o documento e opinar sobre o documento com o objetivo de observar se eles conseguiam identificar elementos como: autor, momento que o texto foi escrito, quais personagens aparecem no texto, a quem é destinado este texto, a natureza do texto e estabelecer relações entre o conteúdo do texto e seus conhecimentos históricos.

Nessa atividade os alunos apresentaram dificuldades na interpretação do texto, de extrair do texto o que se pedia em cada enunciado. Não conseguiram identificar se o texto era contemporâneo do fato reportado, porque mesmo com as definições das palavras desconhecidas que eles haviam procurado no dicionário, eles não conseguiram encontrar a resposta. Também não conseguiram identificar de quais personagens fala o autor, se o testemunho do autor era direto ou indireto. A terceira etapa desta atividade solicitava que o aluno deveria estabelecer relações entre o texto e seus conhecimentos históricos, também não conseguiram fazer alegando que não sabiam como fazer essa relação. Concluíram essa atividade com minha ajuda.

Na quinta etapa, a meta era propiciar aos alunos momentos de reflexão, conhecimentos, de desnaturalizar a ideia de escravidão e ressignificar a ideia de liberdade. Iniciamos falando sobre produção e consumo e indagando sobre a possibilidade de sermos responsáveis e colaborarmos com a exploração do homem pelo homem e de mantermos a escravidão. A proposta era assistir o documentário: A servidão Moderna, de autoria de Rodrigo Nishino, que de acordo com o autor permite pôr em dia a “condição do escravo moderno e evidenciar as formas de mistificação que ocultam esta condição subserviente”. Antecipadamente, foi colocado no quadro algumas perguntas para que os alunos refletissem sobre como surgiu a escravidão? Como ela se tornou possível? Será que a escravidão tem algo a ver com o consumismo? Seres oprimidos da história ontem quem eram? Hoje quem são? Você possui as coisas ou as coisas o possuem? Depois foi passado o documentário e no final foi solicitado que respondessem o questionário citado acima. Citamos abaixo algumas partes das narrativas dos alunos sobre o assunto estudado: Aluna x: “A escravidão surgiu na antiguidade fora do Brasil, (...) E se tornou possível quando os escravizados não reagiram. (...) O consumismo tem tudo a ver com a escravidão, por que consumimos muito e não queremos saber de onde veio, compramos demais e não pagamos, por isso ficamos cada vez mais endividados, e não pagamos daí viramos escravos. Os seres oprimidos da história eram de todo lugar. Hoje pode ser qualquer pessoa independente de quem ela é”.

A aluna Y escreveu o seguinte: “A escravidão surgiu de forma não agradável. Ela surgiu como resultado de guerras. Ela passa a ser aceita, pois era essencial para a economia e para as sociedades de todas as regiões. (...) os oprimidos da história eram os negros no dia a dia somos nós. A escravidão tem tudo a ver com consumismo, pois compramos sem saber de onde o produto vem. (...) hoje em dia leis proíbem a escravidão pela Lei Áurea. Essa atividade serviu para que os educandos visualizassem momentos em que a escravidão acontece sem que se perceba que está sendo escravizado e relacionar diferentes formas de trabalho, e diferentes formas de produção em série para alimentar a massa cada vez maior de consumidores.

Na sexta etapa, na primeira atividade o objetivo principal era mostrar aos alunos que existem leis que defendem os direitos dos trabalhadores e através de recortes de textos como Declaração dos Direitos Humanos, Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente refletir sobre os não cumprimentos das leis, sobre a possibilidade de trabalhar na menoridade e de conhecer alguns direitos do trabalhador garantidos na Constituição. Para a conclusão desta atividade foi oferecido xérox dos textos para que os alunos utilizassem o texto como fonte e realizassem a atividade de decompor os elementos do texto, analisando e opinando sobre o mesmo, e ainda estabelecendo relações entre o conteúdo do texto e seus conhecimentos histórico. Mais uma vez apresentaram dificuldades na interpretação de texto e houve a mediação da professora para concluírem a atividade.

Na atividade de decompor os elementos eles conseguiram responder em parte, porque quando solicitado que identificassem alusões a acontecimentos ou personagens não souberam responder. Na parte de analisar o documento eu respondi junto com eles, fazendo perguntas e pedindo que lessem o texto mais uma vez e encontrassem a resposta, a qual quando encontrada foi lida em voz alta.

Na parte de opinar sobre o documento eles conseguiram realizar e organizar suas opiniões em parte, porque orientei que falassem sobre as três leis que estudamos relatando sua opinião sobre o que sabiam e o que aprenderam

sobre essas leis. A maioria não sabia que existia um Constituição, já sabiam da existência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e já ouviram falar da Declaração Universal dos Direitos Humanos. E houve respostas como “Não sabia. A Declaração dos Direitos Humanos é uma lei para garantir os direitos dos seres humanos, (...)a Constituição para garantia do trabalho e da vida privada, e o ECA para que o adolescente não ter que trabalhar no noturno”. Nessa atividade houve a necessidade de explicação oral da professora e comentários com a participação dos alunos.

Na segunda atividade da 6ª etapa, foi solicitado que efetuassem a leitura de fragmentos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e foi feito comentários sobre a importância para o trabalhador da carteira de trabalho assinada para garantir os direitos conquistados. Para concluir foi oferecido um questionário aos alunos que foi respondido com a ajuda da professora porque foi aproveitado o momento para explicar sobre a História do Brasil (economia e política) no momento da escrita da CLT e questionar se todos os brasileiros atualmente recebem pelo menos um salário mínimo? Se todos os brasileiros têm direitos iguais? Se a cor da pele interfere na hora de arrumar um emprego? Houve um bom debate e os alunos puderam confirmar, refutar e/ou levantar novas hipóteses sobre as informações contidas no documento. De forma que problematizasse seu presente, e fosse capaz de pensar sobre o passado e compreender que a história não é só de fatos e personalidades, mas que engloba a história individual.

Na sétima etapa, mostramos um pouco da geografia e da estatística do trabalho forçado no Mundo. Para isso, levamos xérox dos textos: A geografia e o lucro do trabalho forçado de autoria de Carlos Homero Vieira Nina, onde ele mostra através de gráficos a distribuição regional do trabalho forçado no mundo e explica os tipos e estimativas de lucros gerados pelo tráfico de trabalho forçado por regiões (Ásia e Pacífico, América latina e Caribe, África Subsaariana, Países Industrializados, Oriente Médio e Norte da África e Países em Transição). Nossa intenção era que o aluno conhecesse algumas estatísticas e a partir desse conhecimento registrasse no mapa mundo o número de pessoas que são exploradas por regiões de acordo com o tipo de trabalho forçado que exercem. Os

alunos apresentaram um pouco de dificuldade para registrar no mapa esse tipo de divisão geográfica, uma vez que não existe um mapa colorido com essas divisões, mas a situação foi resolvida com a ajuda de um mapa mundo político, onde puderam visualizar e pintar a região sugerida. Eles se diziam alarmados com o grande número de escravos existentes no mundo nos mais diferentes tipos de trabalho, no campo ou na cidade.

Na oitava etapa, realizar trabalho de pesquisa na internet em grupo de três pessoas. Acho que esse foi nosso maior desafio durante a implementação da Unidade Didática. Os alunos da sala separados em grupos, ouviram as orientações da professora sobre como deveria ser feita a pesquisa e foi entregue uma relação de sites com sugestões de encaminhamentos sobre várias temáticas (Características do trabalhador atual e causas da vulnerabilidade; Empresas nacionais ou estrangeiras que foram notificadas por trabalho análogo à escravidão; Mapas do Brasil por regiões econômicas; Medidas que estão sendo adotadas para combater o trabalho análogo ao trabalho escravo; Curiosidade: mais altos e mais baixos salários pagos no Brasil e no Mundo; Diferenças salariais entre a população economicamente ativa no Brasil; Medidas para evitar cair na armadilha do trabalho análogo ao trabalho escravo; Formas de contrato de trabalho existentes no Brasil; Distribuição geográficas de notificações de trabalho análogo à escravidão no Brasil) e fomos para o laboratório de informática.

Até este momento da explicação as atividades transcorriam corretamente, mas quando começaram a pesquisar vieram os problemas, primeiramente não havia um computador para cada aluno e a maioria não sabia fazer uso das ferramentas do computador. Por exemplo, não sabiam copiar trechos dos textos e colar no arquivo para irem selecionado o que queriam para montar o cartaz que era a atividade final desta etapa. Além disso, não sabiam selecionar qual texto deveriam fazer uso, queriam que a professora escolhesse o texto para eles. Encontraram dificuldades para copiar no Pendrive o que tinham salvado no computador, por isso, muitos resolveram copiar no caderno direto do computador em vez de fazer uso das ferramentas, imprimir e montar o cartaz.

Outra dificuldade encontrada foi a questão dos alunos que terminam primeiro, como era uma turma grande com mais de 30 alunos ficou quase impossível de fazer permanecê-los na sala de aula, pois a metade que tinha mais facilidade para pesquisar terminou primeiro e a outra metade necessitava de um apoio maior da professora, no entanto, aqueles que haviam terminado deveriam permanecer na sala de aula fazendo uma outra atividade, mas isso, não aconteceu de fato e muitos alunos ficaram no corredor do Colégio em vez de continuarem na sala enquanto eu estava auxiliando os alunos que apresentavam maiores dificuldades, na sala de informática.

Moral da história: tive que trazer para a sala de aula um computador e uma impressora de uso pessoal para que pudesse estar junto de todos os alunos e ao mesmo tempo auxiliá-los na montagem do cartaz e na pesquisa. No final tudo deu certo, uns colaboraram com os outros na pesquisa, mesmo não sendo do mesmo grupo, eles adoraram, porque conseguiram aprender um pouco mais de informática e também do conteúdo de História. No final, cada aluno apresentou o que pesquisou para a sala.

Na nona e última etapa, o objetivo é identificar a aprendizagem do aluno, para isso, foi solicitado que efetuassem a leitura de um questionário, (o mesmo do início da implementação desta Unidade Didática) para que pensassem nas respostas e elaborassem uma produção de texto. Na produção desta narrativa houve a possibilidade de perceber que o aluno apresentava embasamento teórico para responder o questionamento e uma riqueza de vocabulário para escrever com mais criticidade sobre o assunto.

Ele conseguiu localizar no tempo e no espaço, relacionar passado e presente e ressignificar o conceito de escravidão e de trabalho nos fatos por ele relatados como podemos observar nesse trecho escrito pelo aluno X “Quando falamos em trabalho escravo, muitas pessoas lembram de navios negreiros, correntes e senzalas, mais poucos sabem que em pleno século XXI, existe escravidão”. Ou no texto do aluno Y “Em minha opinião considero indispensável a profissão de gari, porque se não fossem eles a cidade ficaria toda suja, e no campo o agricultor, porque se não fossem as suas plantações agente não teria o

que comer” Já o Aluno A relata: “Brasileiros não tem as mesmas oportunidades de conseguir emprego, por causa da condição financeira, aparência e por causa da cor, porque existe muito preconceito”. Concluímos que a forma como desenvolvemos esta Unidade Didática contribuiu para que o aluno compreendesse os processos de rupturas e permanências no sistema trabalhista brasileiro.

5.0- Considerações finais

Foi gratificante trabalhar com os alunos organizados em duplas durante toda a implementação do Unidade Didática. A sala de aula tem um número elevado de alunos, fato que dificultou um pouco a aplicação das atividades. Acredito que essa metodologia exige atendimento individualizado às duplas, motivos pelos quais em alguns momentos do desenvolvimento das aulas encontrei dificuldades. Os alunos apresentam aprendizagem diferenciadas uns mais lentos e outros mais ágeis, fato que a professora deve prever para disponibilizar uma outra atividade extra para esses alunos até que todos possam concluir a atividade proposta.

Em relação a aprendizagem da temática estudada observou-se o seguinte: os alunos conseguiram aprender um pouco mais sobre conceitos de trabalho escravo e trabalho livre e de compreender a diferença entre trabalho formal, informal e ilegal, de conhecer as principais modalidades de contrato de trabalho existentes no Brasil e compreender a flexibilização das relações de trabalho no Brasil contemporâneo.

Ao concluir as atividades percebemos que os alunos conseguiram estabelecer diálogos entre fatos do passado e relacionar com fatos do presente, foram capazes de ressignificar o sentido do trabalho escravo. Ficou claro também que o uso de novas metodologias com fontes históricas diferenciadas é uma boa sugestão metodológica para tornar as aulas de história mais interessante para o aluno e mais prazerosa para aprender.

Este trabalho contribuiu para desenvolver o pensamento crítico do aluno por meio da pesquisa, da troca de experiências entre aluno(a) e a professora e das

atividades desenvolvidas no decorrer da aplicação da Unidade Didática. Através dos comentários realizados com os professores no GTR (2015) foi possível concluir que ainda temos muito que fazer, estudar e debater sobre essa temática para conscientizar os alunos sobre possíveis permanências de trabalho análogo a escravidão no Brasil e de possibilidades legais de combatê-las.

6.0- REFERÊNCIAS

Autor desconhecido. **Significado de Trabalho - O que é, conceito e definição.**

Disponível em: <http://www.significados.com.br/trabalho/> Acessado em: 04/10/2014.

BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto a avaliação. In. **Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada da Educação Histórica.** Braga, Centro de investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Ninho, 2004, p.131-144.

FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro E GUIMARÃES, Marques F. **Dicionário Brasileiro Globo.** São Paulo: Globo, 1992.

FERRERA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio básico de língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, out. 94 a fev. 95, p.383.

HOBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991(trad. Marcos Santarrita).** São Paulo: Cia das Letras, 1995.

Internacionais de Educação Histórica. Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Universidade do Ninho, 2001. P. 15

KARNAL, Leandro. **História na sala de aula,** (org) . In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanesi. **O que e como ensinar: Por uma história prazerosa e consequente.** 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Tradução de Bernardo Leitão [et al]. 5ª ed. Campinas, Editora Unicamp, 2003.

LEE, Peter. “Nós fabricamos carro e eles tinham que andar a pé: compreensão das pessoas do passado”. In: BARCA, I. (Org.) **Educação histórica e museus.** Actas das Segundas Jornadas internacionais da Educação Histórica. Braga. Lusografe, 2003. P. 19-36.

LEE, Peter. Progressão da compreensão dos alunos em História. In: BARCA, I **Perspectivas em educação histórica.** Actas das Primeiras Jornadas

NINA, Carlos Homero Vieira. **Escravidão, ontem e hoje: aspectos jurídicos e econômicos**. Brasília: ISBN, 2010

PARANÀ, Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica: História**. Curitiba: SEED, 2008.

PARANÀ, Secretaria de Estado da Educação. **Livro didático Público: História-Ensino Médio**. Curitiba: SEED,PR, 2006.

PINSKY, Jaime. **A Escravidão no Brasil**. 12ª ed. São Paulo: Contexto, 1993.

PONAZZO, Silva; VAZ, Maria Luisa. **Jornadas.hist – História. 8º ano**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

RODRIGUES, Edgar. **O Homem e a Terra no Brasil**. Rio de Janeiro: CC&P Editores, 2001.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2004.

SIDNEI, Machado. Trabalho Escravo e trabalho livre no Brasil: Alguns paradoxos históricos do direito do trabalho. Disponível em: <http://machadoadvogados.com.br/biblioteca/publicacoes/artigos/trabalho-escravo-e-trabalho-livre-no-brasil/> Acessado em 03/10/2014

